



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 02/XV/2.^a SL

Aos 11 dias do mês de outubro de 2023, pelas 11 horas, reuniu-se a Comissão de Defesa Nacional, na sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 – Apreciação e votação da ata n.º 1/XV/2.^a, correspondente à reunião de 27 de setembro de 2023;**
- 2 – Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Defesa Nacional na sequência de notícias vindas a público no âmbito do processo «Tempestade Perfeita»;**
- 3 - Apreciação e votação do Relatório de Atividades da 1.^a Sessão Legislativa da Comissão;**
- 4 - Apresentação e apreciação de propostas para o Plano de Atividades para a 2.^a Sessão Legislativa;**
- 5 – Apreciação e votação de propostas de alteração do Regulamento da Comissão, decorrentes da alteração do Regimento da Assembleia da República;**
- 6 - Apreciação dos Relatórios sobre o Envolvimento de Contingentes Militares Portugueses no Estrangeiro correspondentes ao 2.º semestre de 2022 e ao 1.º semestre de 2023, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto;**
- 7 – Apreciação do Relatório de Síntese Estatuto do Antigo Combatente – 3 anos de implementação, de 1 de setembro de 2023, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;**
- 8 - Outros assuntos.**

Aberta a [reunião](#) pelo Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, como ponto prévio, foi anunciada a baixa à Comissão da [Proposta de Lei n.º 109/XV/2.^a \(GOV\)](#) - Aprova o Orçamento do Estado para 2024, cumprindo designar relator para a elaboração do respetivo relatório setorial sobre a área da Defesa Nacional, tendo o Grupo Parlamentar do PSD ficado de o fazer posteriormente. Uma vez que essa distribuição e designação de relator não constava da ordem de trabalhos, ficou assente



Comissão de Defesa Nacional

que na reunião seguinte seria feita a ratificação da inclusão desse ponto na ordem de trabalhos

Seguidamente, o Senhor Deputado António Prôa (PSD) usou da palavra para felicitar o Senhor Presidente pela recente eleição como Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da NATO, precisamente num momento em que essa organização internacional assumia um papel particularmente importante em tempos tão incertos e perigosos que se viviam. O Senhor Deputado Francisco César (PS) saudou igualmente, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a eleição do Presidente como Vice-Presidente da APNATO, reiterando o seu orgulho em ter um português e a pessoa do Presidente, com o seu currículo, sensatez e inteligência, a desempenhar tão importante cargo. No mesmo sentido, também se pronunciaram os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH) e Rodrigo Saraiva (IL). No final, o Senhor Presidente agradeceu as palavras de saudação que lhe dirigiram, disse ser uma honra assumir tais funções em representação da Assembleia da República e aproveitou para dar os parabéns ao Senhor Deputado António Prôa (PSD) também pela sua eleição como Vice-Presidente da Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança da Comissão Política dessa Assembleia Parlamentar.

1 - Apreciação e votação da ata n.º 1/XV/2.^a, correspondente à reunião de 27 de setembro de 2023

Foi apreciada e aprovada por unanimidade, na ausência do PCP e do BE, a ata n.º 1/XV/2.^a, correspondente à reunião de 27 de setembro de 2023.

2 - Discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição urgente do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Ministra da Defesa Nacional na sequência de notícias vindas a público no âmbito do processo «Tempestade Perfeita»

Após a intervenção inicial do Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH), para apresentação do [requerimento](#), intervieram no debate os Senhores Deputados Miguel dos Santos Rodrigues (PS), António Prôa (PSD), Rodrigo Saraiva (IL) e Joana Mortágua (BE).



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS) referiu que o requerimento apresentado era recalcado do que tinha vindo a ser a insistência do Chega em querer retirar ilações políticas de um caso que estava a ser avaliado, em primeiro lugar, na justiça, e que, para tal, não contava com o voto favorável do Grupo Parlamentar do PS. Saliou igualmente que, num caso com tamanha dimensão e complexidade, envolvendo mais de 70 arguidos, não fazia sentido que, cada vez que surgisse um novo facto, uma nova alegação, fosse apresentado um novo requerimento para chamar de novo os dois ministros para os ouvir numa matéria sobre a qual já foram ouvidos, além de que, acrescentou, a linguagem usada no requerimento tornava complexo que o PS se pudesse rever nele. Explicitou que, precisamente por considerar que a Comissão de Defesa Nacional tinha a responsabilidade de contribuir para que a avaliação desses processos fosse feita nos fóruns certos e de forma clara, não fazia sentido que uma alegação, que deveria estar em segredo de justiça, pudesse constituir material suficiente para chamar à Comissão, de novo, a Ministra da Defesa Nacional e o Ministro dos Negócios Estrangeiros. E terminou dizendo que o Grupo Parlamentar do PS estaria disponível para apurar responsabilidades políticas sempre que tal se justificasse.

O Senhor Deputado António Prôa (PSD) começou por referir que a apresentação sucessiva de requerimentos para ouvir a Ministra da Defesa Nacional e o Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o caso ou os casos relacionados com o Processo judicial designado por «Tempestade Perfeita» banalizava o instrumento e contribuía para aumentar alguma suspeição ou crise de credibilidade no setor da defesa em Portugal. Esclareceu que, do ponto de vista do PSD, em vez da rejeição sucessiva dos repetidos requerimentos, era pertinente (daí o PSD ter votado a favor o requerimento do CH na semana anterior e votar a favor o de hoje) a viabilização de uma audição, nomeadamente da Ministra da Defesa Nacional, para que se pudesse renovar a oportunidade de o Governo esclarecer as dúvidas que, entretanto, surgiram. Terminou dizendo que o PSD não tomou a iniciativa de requer a vinda dos membros do Governo, e que, eventualmente, poderia vir a fazê-lo, mas não deixava de considerar que, a bem da credibilidade do setor da defesa seria bom que os responsáveis do Governo pudessem esclarecer o que ainda não foi esclarecido. Reiterou que o PSD iria votar a favor do requerimento e insistiu que, a bem do interesse nacional, seria bom que o PS



Comissão de Defesa Nacional

promovesse ou, pelo menos, viabilizasse a vinda dos membros do Governo a esta Comissão.

O Senhor Deputado Rodrigo Saraiva (IL) iniciou a intervenção dizendo que não acrescentava nem retirava nada à intervenção que fizera na anterior reunião sobre o tema, que o surgimento de acontecimentos novos, contrários ao que fora transmitido em audição na Comissão pelos ministros, justificava a prestação de esclarecimentos - do foro político, que não do foro judicial -, pelos principais responsáveis políticos, sendo a audição agora requerida uma boa oportunidade para esse efeito. Concluiu dizendo que os casos divulgados no âmbito do processo «Tempestade Perfeita» estavam a pôr em causa a credibilidade do «edifício» Ministério da Defesa, podendo contaminar a credibilidade das Forças Armadas, e adiantou que, verdadeiramente, quem a IL gostava de ouvir sobre esse tema era o Primeiro-Ministro.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) disse subscrever os argumentos aduzidos para ouvir na Comissão os dois ministros. Reconheceu que apresentar sucessivamente requerimentos para ouvir membros do Governo sobre todos os casos judiciais e polémicos que surgiam não era um método que devesse ser normalizado, mas que, por outro lado, esconder os ministros perante responsabilidades políticas - que era evidente deverem ser apuradas - também não era aceitável em democracia. Defendeu que as dúvidas existentes eram legítimas e os esclarecimentos devidos ao Parlamento, pelo que, mais cedo ou mais tarde, os responsáveis políticos teriam de os prestar e, portanto, o «escudo» do PS não poderia proteger para sempre o Governo de apurar responsabilidades políticas e de as debater.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) reiterou que o requerimento apresentado surgiu por causa de dois factos novos, e não na sequência de qualquer depoimento ou alegação. Teve na sua base as declarações prestadas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, em que negou a existência de uma «comissão fantasma» e disse desconhecer os termos do contrato assinado com o Dr. Marco Capitão Ferreira. Ora, perante os novos argumentos divulgados, seria importante ouvir o que o Senhor Ministro tem a dizer sobre a matéria, concluiu.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Presidente questionou se algum Senhor Deputado tinha conhecimento se o processo, ou parte do processo, ainda se encontrava em segredo de justiça, tendo, a esse propósito, apelado a que, na apresentação futura de requerimentos, se atendesse a esse fator, porque a violação do segredo de justiça constituía um crime e, ao se estar a alimentar dessa violação, a Comissão estar-se-ia a alimentar do cometimento de um crime.

No final, submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PS e votos a favor do PSD, do CH, da IL e do BE., registando-se a ausência do PCP.

3 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades da 1.ª Sessão Legislativa da Comissão

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação e aprovação por unanimidade, na ausência do PCP, do Relatório de atividades da 1.ª Sessão Legislativa.

4 – Apresentação e apreciação de propostas para o Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa

Seguiu-se apreciação do Plano de Atividades da Comissão para a 2.ª Sessão Legislativa, tendo usado da palavra, além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Miguel dos Santos Rodrigues (PS), António Prôa (PSD) e Pedro Pessanha (CH), que apresentaram sugestões de atividades a realizar pela Comissão.

No final, com a inclusão das sugestões apresentadas, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PCP, o Plano de Atividades para a 2.ª Sessão Legislativa.

5 - Apreciação e votação de propostas de alteração do Regulamento da Comissão, decorrentes da alteração do Regimento da Assembleia da República

Após a identificação dos artigos do Regulamento objeto de alterações e da explicitação das principais alterações, as alterações ao Regulamento da Comissão foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PCP.



Comissão de Defesa Nacional

O Senhor Presidente ressaltou o facto de no artigo 18.º do Regulamento se remeter para as grelhas de tempos de intervenção que vierem a ser aprovadas na Conferência de Líderes, matéria ainda não fechada.

6 - Apreciação dos Relatórios sobre o Envolvimento de Contingentes Militares Portugueses no Estrangeiro correspondentes ao 2.º semestre de 2022 e ao 1.º semestre de 2023, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto

No debate intervieram os Senhores Deputados António Prôa (PSD), Pedro Pessanha (CH) e Miguel dos Santos Rodrigues (PS).

O Senhor Deputado António Prôa (PSD) afirmou que, como era manifesto nos relatórios em apreciação, as Forças Nacionais Destacadas (FND) eram fundamentais no âmbito das missões desenvolvidas pelas Forças Armadas, tendo um papel muito para além da missão estrita que os militares e as forças militarizadas espalhados por todo o mundo cumpriam. Referiu o facto de as FND, por um lado, contribuírem para a segurança e paz internacionais e, por outro lado, constituírem um instrumento diplomático que potenciava a credibilidade de Portugal, afirmando o nosso país como um parceiro relevante no âmbito das missões, quer da NATO, quer das Nações Unidas, quer da União Europeia, quer ainda em ações de cooperação bilateral. Com base no relatório, destacou que Portugal empenhou um efetivo de 1568, chegando a atingir, num mês, participações em 29 missões, o que se traduzia num esforço muito significativo das Forças Armadas para assegurar compromissos internacionais do Estado português - o mundo pedia mais segurança, mais paz e o contributo que as Forças Armadas dessem nesse sentido seria de louvar, afirmou. Acrescentou que teve oportunidade de visitar, no âmbito dos trabalhos da Comissão, dois contingentes de Forças Nacionais Destacadas, um na Lituânia e outro na Roménia, onde pôde testemunhar o seu prestígio e a capacidade que elas aportavam a esses países, o que o deixou - e ao PSD - orgulhoso. Terminou dizendo que o empenho internacional de Portugal e o trabalho desenvolvido pelas FND deveria servir de inspiração para um maior investimento nas Forças Armadas.

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) pronunciou-se no mesmo sentido da intervenção anterior, enaltecendo o esforço dos militares dos três ramos das Forças



Comissão de Defesa Nacional

Armadas no envolvimento em missões no exterior, onde deixaram sempre uma excelente impressão nos distintos teatros de operações. Sublinhou, porém, que as Forças Armadas enfrentavam uma situação crítica de falta de efetivos, assistindo-se à saída de militares em todos os ramos, situação que acompanhava com alguma preocupação, pelo que apelava ao Governo para fazer algo que travasse essas saídas, criando condições para atrair e reter os militares.

O Senhor Deputado Miguel dos Santos Rodrigues (PS) quis deixar três notas essenciais, que os dois relatórios espelhavam de forma evidente. Em primeiro lugar, o grande orgulho que o País devia ter no empenhamento das FND em todas as missões do ponto de vista externo, no contexto quer da NATO, quer da UE ou de outra cooperação estruturada fora desse âmbito, multilateral ou bilateral. Em segundo lugar, a dimensão do envolvimento dos três ramos das Forças Armadas em todas essas missões, em termos não só de efetivos como de sucesso. E, em terceiro lugar, a necessária obrigação de a Assembleia da República e o Governo estarem mais atentos no acompanhamento dessas missões, de forma a garantir o cumprimento das mesmas.

Concluída a apreciação dos relatórios, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Vice-Presidente António Prôa que o substituísse na condução dos trabalhos, uma vez que teria de ausentar-se, não sem antes antecipar o ponto reservado a outros assuntos, deixando para o fim o ponto da ordem de trabalhos relativo à apreciação do Relatório de Síntese Estatuto do Antigo Combatente – 3 anos de implementação, de 1 de setembro de 2023, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

8 – Outros assuntos

No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente informou que, de acordo com o calendário da discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2024, a audição da Senhora Ministra da Defesa Nacional (conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças) estava agendada para o dia 6 de novembro, sexta-feira, pelas 18 horas. Também deu nota do [programa](#) do colóquio «Grandes Opções do Conceito estratégico de Defesa Nacional, a ter lugar no próximo dia 24 de outubro, pelas 10 horas. Por último, comunicou que a próxima reunião teria lugar no dia 18 de outubro, quarta-



Comissão de Defesa Nacional

feira, uma vez que nos dias 16 e 17 de outubro decorriam as jornadas parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD.

7 – Apreciação do Relatório de Síntese Estatuto do Antigo Combatente – 3 anos de implementação, de 1 de setembro de 2023, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Neste momento, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente António Prôa.

Os trabalhos prosseguiram com a apreciação do Relatório de Síntese Estatuto do Antigo Combatente – 3 anos de implementação, tendo intervindo no debate as Senhoras e os Senhores Deputados Pedro Pessanha (CH), Cristiana Ferreira (PSD), Manuel dos Santos Afonso (PS) e Olga Silvestre (PSD)

O Senhor Deputado Pedro Pessanha (CH) deu nota de que os antigos combatentes continuavam a fazer chegar inúmeras queixas sobre situações inaceitáveis da execução do atual Estatuto do Antigo Combatente, nomeadamente: os escassos apoios financeiros em forma de complementos e suplementos de pensão, a incompleta distribuição do Cartão do Antigo Combatente, a insuficiência da cobertura do transporte público a que tinham direito e, ainda, os problemas constantes com a entrega da bandeira nacional à família dos antigos combatentes falecidos por parte dos órgãos autárquicos. Disse, por isso, que o Chega, no momento oportuno, iria continuar a apresentar propostas para colmatar todos esses problemas, carências e deficiências que subsistiam.

A Senhora Deputada Cristiana Ferreira (PSD), antes de mais, associou-se à saudação pela recente eleição quer do Senhor Presidente, Deputado Marcos Perestrello, quer do Senhor Vice-Presidente António Prôa, sublinhando que essa eleição também muito prestigiava a Comissão de Defesa Nacional. Sobre o relatório objeto de análise sublinhou uma questão prévia relacionada com a articulação com a Unidade Técnica, uma vez que o relatório mencionava a existência de «alguns constrangimentos que estão a ser ultrapassados com a boa cooperação interinstitucional no âmbito da Unidade Técnica para os Antigos Combatentes (UTAC), que reúne periodicamente», quando, nos termos do artigo 10.º do Estatuto do Antigo Combatente, se previa a apresentação



Comissão de Defesa Nacional

pela UTAC à tutela de «relatórios semestrais de monitorização e implementação do Estatuto e, designadamente, recomendações suscetíveis de se revelarem úteis ao cabal desenvolvimento das medidas de apoio económico-social e à saúde dos antigos combatentes». Entendeu que esse era um reparo que não poderia deixar de ser feito, uma vez que, certamente por lapso ou esquecimento, a tutela não referia, para além de reuniões periódicas, se havia recomendações da UTAC ou se os seus relatórios tinham sido tidos em conta – além de que, compulsado o histórico sobre a matéria, disse estar em falta um relatório da UTAC. No que se referia à implementação de algumas medidas, esclareceu que a perspetiva do PSD não era tão otimista como a que parecia retirar-se do relatório, uma vez que havia muitas matérias que não eram sequer objetivadas, nem era apontado um número que permitisse medir o alcance da sua implementação, como era o caso das medidas relativas à habitação social ou às cerimónias fúnebres. Sinalizou que a matéria dos antigos combatentes era cara ao PSD e que, inclusivamente, fora criado um grupo de trabalho com o objetivo de acompanhar essa matéria, que iniciara já um conjunto de audições e cuja coordenadora era a Senhora Deputada do PSD Olga Silvestre. Explicitou que o importante era conhecer a implementação objetiva do Estatuto do Antigo Combatente, ou qual o alcance dessa implementação, nomeadamente no apoio às medidas materiais, e lamentou que a tutela não tivesse feito referência, do ponto de vista substancial, à concretização de algumas dessas medidas - classificou o presente relatório como uma réplica dos exercícios anteriores, em que apenas se alteraram alguns números, traduzindo-se tudo o mais em considerações e referências que não traziam nada de concreto. Assinalou, por outro lado, uma gralha na página 7 do relatório quanto ao número apontado de deficientes e antigos combatentes em situação de sem-abrigo. Concluiu dizendo que as matérias relativas à implementação do Estatuto do Antigo Combatente eram de enorme importância e que a adoção de medidas ou ações deveria revestir um carácter de alguma urgência tendo em conta que o universo maioritário dos antigos combatentes era bastante envelhecido. Reiterou o reparo da falta de objetividade do relatório ao nível da concretização de medidas, de não ser feita qualquer referência às recomendações da UTAC, salientando ainda que nele eram referidos constrangimentos e dificuldades não escalpelizados.

O Senhor Deputado Manuel dos Santos Afonso (PS) recordou que a lei que aprovou o Estatuto do Antigo Combatente resultou de um amplo consenso dos partidos, foi um



Comissão de Defesa Nacional

grande passo, mas que agora eram necessárias ações que proporcionassem que o Estatuto atingisse os objetivos para que fora criado. Reconheceu que não houve a celeridade que todos desejavam na implementação de algumas das medidas previstas, o que era preocupante, e realçou a importância do Relatório para se fazer a avaliação da implementação do Estatuto.

No final, o Senhor Vice-Presidente reiterou a importância do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho constituído no âmbito da Comissão de Defesa Nacional para o Acompanhamento dos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas, coordenado pela Senhora Deputada Olga Silvestre (PSD), tendo esta dado nota de estar a ser realizado um conjunto de audições pelo Grupo de Trabalho, ainda não concluído, após o que seria apresentado um relatório à Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 15 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de outubro de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Marcos Perestrello)



Comissão de Defesa Nacional

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Dora Brandão (PS)
Francisco César (PS)
Hugo Oliveira (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Marta Freitas (PS)
Miguel Dos Santos Rodrigues (PS)
Ricardo Lino (PS)
António Prôa (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Cristiana Ferreira (PSD)
Helga Correia (PSD)
Hugo Patrício Oliveira (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Rui Vilar (PSD)
Pedro Pessanha (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Joana Mortágua (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Maria Da Luz Rosinha (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão (PS)
Joana Sá Pereira (PS)
Susana Barroso (PS)
João Dias (PCP)
Paulo Moniz (PSD)
Pedro Roque (PSD)